

# Termelétrica Viana S/A

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2020**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações no patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Diretores da**

**Termelétrica Viana S/A**

*Rio de Janeiro - RJ*

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termelétrica Viana S/A (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Termelétrica Viana S/A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado

Veja a Nota 3.a das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Sociedade possui registrado no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2020, R\$ 263.456 mil (R\$274.804 em 31 de dezembro de 2019), referentes a investimentos realizados oriundos do direito de autorização de geração de energia elétrica que compreendem o custo de construção de usina termelétrica. A Sociedade avalia anualmente seus ativos de forma a assegurar que estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação, independentemente de existirem indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGCs"). A recuperação de seus ativos está suportada por estimativas, baseadas em informações geradas por estudos técnicos internos, os quais envolvem julgamento significativo sobre a realização do negócio, e que estão suportados por premissas, tais como a taxa de câmbio do dólar norte-americano, inflação e o valor da capacidade instalada por MegaWatts (MW), a fim de validar a premissa de venda dos ativos em mercado ao término do contrato.</p> <p>Devido ao grau de subjetividade envolvido nas projeções de recuperação desses ativos, associado às incertezas inerentes ao ambiente regulatório em que a Sociedade opera, e aos impactos que eventuais alterações nas premissas subjacentes teriam nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Obtivemos o entendimento sobre a avaliação e o desenho dos controles chave relacionados ao processo de elaboração, revisão e aprovação das premissas base para a elaboração dos estudos técnicos de impairment. Nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação e discussões com a Sociedade abrangendo o processo de preparação e revisão dos estudos técnicos baseados na avaliação a valor de mercado do ativo imobilizado, para corroborar as análises de recuperabilidade desse ativo. Adicionalmente avaliamos, a razoabilidade e consistência da análise utilizada comparando-a com dados obtidos de fontes externas. Efetuamos também a análise de sensibilidade que demonstra o impacto sobre o valor recuperável resultante de possíveis mudanças nas premissas-chave usadas pela Sociedade e avaliamos a consistência das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p> <p>Baseados nos procedimentos de auditoria acima resumidos e nas evidências obtidas, consideramos aceitável o saldo do ativo imobilizado, assim como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

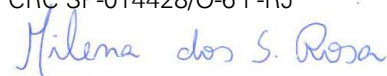
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2021.

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena dos Santos Rosa  
Contador CRC RJ-100983/O-7

# Termelétrica Viana S/A

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	83.692	4.216	Fornecedores	13	115.860	15.841
Contas a receber de clientes	7	111.763	32.367	Dividendos propostos e JCP a pagar	18.d	11.122	1.650
Serviços em curso		6.394	5.116	Empréstimos	15	6.000	-
Tributos a recuperar	8	7.116	1.518	Debêntures	14	34.745	33.379
Estoques	9	19.046	16.961	Tributos e contribuições sociais a recolher	16	15.208	3.784
Despesas antecipadas	10	1.103	826	Obrigações regulatórias	17	8.704	6.821
		<b>229.114</b>	<b>61.004</b>	Outros passivos		3.304	2.975
						<b>194.943</b>	<b>64.450</b>
Não circulante				Não circulante			
Tributos a recuperar	8	1.535	973	Empréstimos	15	34.000	-
Despesas antecipadas	10	236	314	Debêntures	14	68.774	98.799
Imobilizado	11	263.455	274.804	Provisão para Contingência	24	790	350
Intangível	12	78	100	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	78.234	81.826
		<b>265.304</b>	<b>276.191</b>	Obrigações Vinculadas à Autorização e Permissão Pública		2.189	2.335
						<b>183.987</b>	<b>183.310</b>
		<b>494.418</b>	<b>337.195</b>	Patrimônio líquido	18		
				Capital social		75.000	75.000
				Reserva de Lucros		14.271	12.140
				Dividendos Adicionais Propostos		26.217	2.295
						<b>115.488</b>	<b>89.435</b>
		<b>494.418</b>	<b>337.195</b>			<b>494.418</b>	<b>337.195</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# Termelétrica Viana S/A

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida	19	276.424	132.505
Custo sobre serviços prestados	20	(193.897)	(55.625)
<b>Lucro bruto</b>		<u>82.527</u>	<u>76.880</u>
Despesas gerais e administrativas	21	(6.329)	(6.490)
Outras receitas		25	91
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<u>76.223</u>	<u>70.481</u>
Receita Financeira		374	721
Despesa Financeira		(13.658)	(17.014)
Resultado financeiro	22	(13.284)	(16.293)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>62.939</u>	<u>54.188</u>
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	16.b	(24.474)	(8.807)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	16.b	4.155	(8.180)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>42.620</u>	<u>37.201</u>
Lucro por ação (básico e diluído) – em reais		0,304	0,265

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# Termelétrica Viana S/A

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de Reais)*

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	42.620	37.201
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>42.620</u>	<u>37.201</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.



# Termelétrica Viana S/A

## Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Reserva de Lucros			Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de retenção de Lucros			
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>75.000</u>	<u>10.280</u>	<u>2.204</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>87.484</u>
Pagamento de dividendos	-	-	(2.204)	-	-	(2.204)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	37.201	37.201
Destinação do resultado:	-	1.860	-	-	(1.860)	-
Dividendos intercalares e JCP	-	-	-	-	(33.046)	(33.046)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	2.295	(2.295)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>75.000</u>	<u>12.140</u>	<u>-</u>	<u>2.295</u>	<u>-</u>	<u>89.435</u>
Pagamento de dividendos	-	-	-	(2.295)	-	(2.295)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	42.620	42.620
Destinação do resultado:	-	2.131	-	-	(2.131)	-
Dividendos intercalares e JCP	-	-	-	-	(14.272)	(14.272)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	26.217	(26.217)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<u>75.000</u>	<u>14.271</u>	<u>-</u>	<u>26.217</u>	<u>-</u>	<u>115.488</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

# Termelétrica Viana S/A

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro Líquido</b>	42.620	37.201
<b>Ajuste</b>		
IR e CS Diferido	4.155	8.180
Depreciação do imobilizado	11.985	11.687
Amortização do intangível	22	18
Baixa de ativo imobilizado	7	190
Despesa de juros sobre debêntures	8.361	10.457
Atualização Monetária de debêntures	4.897	6.202
	<u>72.047</u>	<u>73.935</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber	(79.396)	(15.426)
Estoque	(2.085)	2.030
Tributos a recuperar	(6.159)	(1.040)
Outros ativos	(1.478)	(1.125)
Fornecedores	100.019	12.684
Obrigações regulatórias	1.883	509
Tributos e contribuições a recolher	29.293	10.297
Tributos e contribuições - diferido	(7.747)	538
Outros passivos	622	318
Compensação de IRPJ e CSLL	(17.869)	(8.009)
Juros pagos	(8.411)	(10.486)
	<u>80.719</u>	<u>64.225</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Resgate de Títulos e Valores Mobiliários	-	8.617
Aquisições de ativo intangível	-	(69)
Aquisições de ativo imobilizado	(642)	(1.535)
	<u>(642)</u>	<u>7.013</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos</b>		
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Dividendos e JCP pagos	(7.095)	(34.600)
Empréstimo	40.000	-
Amortização de debêntures.	(33.506)	(32.484)
	<u>(601)</u>	<u>(67.084)</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>		
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>79.476</u>	<u>4.154</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<u>4.216</u>	<u>62</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	83.692	4.216

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Informações gerais**

A Termelétrica Viana S.A. ("Sociedade" ou TEVISA) é uma sociedade por ações de capital fechado, com prazo de duração indeterminado, com sede no Rio de Janeiro, cujo objeto social é a geração e a comercialização de energia elétrica por meio da construção e exploração da usina termelétrica UTE Viana, situada no município de Viana, estado do Espírito Santo.

A UTE Viana compreende a construção de uma unidade geradora de energia com capacidade instalada de 174,6 MW e instalações de interligação associadas e opera com motores que utilizam como combustível o óleo combustível de baixo teor de enxofre (OCB1).

Através do Leilão ANEEL nº 002/2007, a Sociedade concretizou a venda de toda sua energia por meio de um "contrato de disponibilidade" assinado com 37 distribuidoras integrantes do Sistema Interligado Nacional, que compraram energia no referido Leilão.

A energia gerada pela UTE é distribuída por meio de uma nova linha de conexão na tensão de 345 kV com 1 km de extensão, construída com a finalidade de conectar a Usina à subestação de Furnas, em Viana.

Em 2009 foi concluída a obra de construção da UTE Viana, sendo esta a primeira Termelétrica do Leilão ANEEL nº 002/2007 a obter licença de operação e entrou em operação comercial em 6 de janeiro de 2010. Os bens da Sociedade não serão reversíveis no final do prazo de autorização, que se encerrará em dezembro de 2043.

O controlador da Sociedade é Vulcan Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

A Sociedade goza de incentivos fiscais no Estado do Espírito Santo, dentre eles o diferimento do ICMS nas aquisições de máquinas e equipamentos, destinados à integração no ativo imobilizado e para as compras do óleo combustível (OCB1), quando adquiridos internamente no Estado, reduzindo a carga tributária efetiva, conforme cláusulas 3ª do Termo de Acordo INVEST-ES 124/2008.

#### **a) Impactos do COVID-19 nas Demonstrações Financeiras**

Através do Leilão ANEEL nº 002/2007, realizado em 26 de julho de 2007, a Sociedade concretizou a venda da energia para 36 distribuidoras integrantes do do Sistema Interligado Nacional – SIN, por meio de um Contrato de Comercialização de Energia no âmbito Regulado denominado “CCEAR” com início da vigência na presente data do leilão e encerrando-se no dia 31 de dezembro de 2024. Atualmente contamos com 37 distribuidoras.

A Tevisa vendeu a totalidade de sua disponibilidade nesse leilão, desta forma não está sujeita a variação do PLD e ou liquidação via CCEE no ambiente livre.

Apesar de estar no ambiente regulado a Tevisa recebeu cartas de poucas distribuidoras alegando “força maior” pleiteando a redução dos CCEARs, na proporção da queda de seus mercados.

As geradoras e principalmente os bancos financiadores do longo prazo, refutaram essa tese e o regulador, atuou no sentido de liberar crédito adicional do fundo de reserva, objetivando preservar a liquidez do setor elétrico. A ANEEL trabalhou na estruturação de empréstimos de bancos com garantia de um ativo regulatório, dentro do balanço das próprias concessionárias, socorro parecido que foi utilizado para atender as demandas de caixa na ocasião da crise hídrica de 2014/ 15, esse assunto foi definitivamente resolvido com o decreto 10.330/2020 que injetou 16 bilhões de reais de liquidez no caixa das distribuidoras.

A Sociedade vem recebendo os valores dos clientes normalmente sem nenhuma inadimplência, como de costume.

Apesar da Tevisa apresentar grande parte do custo dolarizado, tendo em vista que o Óleo é comprado em dólares, a fórmula paramétrica que ajusta o preço do CVU funciona como um Hedge operacional, o impacto do aumento da taxa de câmbio na Tevisa se faz notar principalmente nas compras de peças importadas, entretanto com a usina tem um CVU alto e costuma ser despachada em momento de stress do sistema, o que é pouco provável de acontecer num cenário de baixa demanda de energia e recomposição de reservatórios.

A queda dos commodities teve impacto relevante no estoque de OCB1 (Óleo Combustível de baixo teor de enxofre) da UTE, em 30 de abril de 2020 as 3,500 ton de OCB1 estavam valoradas a um custo médio de R\$2,80/KG a queda acentuada do Brent e do WTI derrubaram o preço do OCB1 em abril para R\$1,41/KG, fazendo com que a administração fizesse uma provisão de R\$4,9MM para ajustar o estoque a valor de mercado. O ONS chamou ao despacho a Tevisa no final do ano, fazendo com que a provisão fosse inteiramente realizada neste período, o impacto financeiro no entanto foi minimizado pela ascensão do USD e OCB1 e consequentemente o Valor do CVU.

No tocante ao capital humano da Tevisa, os escritórios administrativos foram esvaziados no início da pandemia e passados para teletrabalho e nenhuma redução nos quadros aconteceu. Com a planta despachada os turnos da operação tiveram acompanhamentos diferenciados de forma a cumprir todas as normas de segurança e de saúde aplicáveis, evitando a disseminação e contágio da COVID-19.

- i. adiamento de todas as atividades de manutenção não essenciais, desde que não comprometam a segurança operacional;
- ii. divisão das turmas de operação em dois grupos, com intuito de evitar contágio de uma equipe inteira. Com isso, temos 8 turmas em regime de revezamento, ao invés das 4 normais;
- iii. monitoramento contínuo de nossos colaboradores e de seus familiares;
- iv. substituição das reuniões físicas por videoconferências e audioconferências;
- v. campanhas internas de conscientização e orientações de higienização e lavagem frequente das mãos, cuidados ao tossir e espirrar e evitar aglomerações;
- vi. reforço na limpeza e higienização dos ambientes da usina e escritório;

- vii. fornecimento de álcool em gel de bolso, máscaras e luvas para todos os colaboradores;
- viii. fixação de dispenser de álcool em gel em pontos estratégicos da usina e do escritório administrativo;
- ix. fixação de mensagens em locais visíveis aos colaboradores sobre os cuidados de prevenção sobre o Coronavírus;

A Tevisa se cadastrou para o leilão A-4 e A-5 que ocorrerá em Junho de 2021, corroborando o entendimento da administração, que as térmicas já amortizadas e operacionalmente provadas são extremamente importantes para o setor.

A administração entende que o ano trouxe muitos desafios, mas teve um desfecho extremamente positivo com uma performance operacional e financeira acima do orçado para o período.

## **2 Resumo das principais políticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e a Lei das S.A, evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 01 de março de 2021.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

### **2.1 Base de preparação**

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor

## **2.4 Instrumentos financeiros**

### **Ativo Financeiro**

#### **2.4.1 Classificação e mensuração de ativos financeiros**

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros é de acordo com o CPC 48, sendo baseado no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial

#### **2.4.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" no período em que ocorrem.

#### **2.4.3 Mensurados ao custo amortizado**

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Sociedade compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

#### **2.4.4 Valor justo por outros resultados abrangentes (VJORA)**

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. A Sociedade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment).

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade não indentificou nenhuma perda (impairment) a ser reconhecido no resultado do exercício.

### **Passivo Financeiro**

#### **2.4.5 Classificação e mensuração**

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR) caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

## **Instrumentos financeiros derivativos**

### **2.4.6 Classificação e mensuração**

A Sociedade mantém instrumentos financeiros derivativos para assegurar suas exposições ao CDI, visto que nossas operações são mantidas e atualizadas pelo IPCA.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

### **2.5 Contas a receber de clientes**

Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e geração de energia produzida pela usina. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão de Perda de Crédito Esperada “PECLD (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perda esperada, se necessária.

### **2.6 Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

### **2.7 Imobilizado**

Terreno, máquinas e equipamentos, custos financeiros e custos gerais com a construção da planta, compreendem o custo de construção da usina termelétrica.

O imobilizado é depreciado considerando a vida-útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 33 anos para máquinas e equipamentos e edificações, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização pelo poder concedente; 10 anos para moveis e utensílios, e os demais bens 5 anos,.

### **2.8 Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

#### **Intangível**

Compreende do softwares e Licença de uso, cuja amortização é de 20%

### **2.10 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

### 2.11 Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

### 2.12 Debêntures

As debêntures emitidas foram reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, as debêntures são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

### 2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais e base negativa para contribuição social e sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

### 2.14 Capital

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

### 2.15 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor presente na prestação de serviço de disponibilidade, geração de energia e de receita realizada até a data do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado com base nos valores estabelecidos nos contratos CCEAR (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado), os quais são reajustados pelo IPCA em novembro de cada ano.

## 3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

### a. Perda (*impairment*) estimada de ativos não financeiros

Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é



baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Sociedade analisou e não identificou nenhum indicativo de impairment.

## **4 Novas normas e interpretações ainda não efetuada**

As novas normas que não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Sociedade em 31 de dezembro de 2020, e não terão impacto significativo em suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

- Contratos Onerosos (alteração ao CPC 25/IAS 37)
- Reforma de taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Classificação do Passivo em circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)
- IFRS 17 Contratos de Seguro

## **5 Gestão de risco financeiro**

### **5.1 Fatores de risco financeiro**

#### ***a. Risco de crédito***

A Sociedade vendeu no Leilão 2007/2 a totalidade de sua energia, garantida sob o Regime Regulatório, onde sua receita é proveniente de contratos regulatórios. Com isso, toda sua receita vem de contratos regulados que contém penalidades em caso de inadimplemento, tais como multa, juros e correção monetária, bem como implicações negativas para os clientes que descumprirem suas obrigações com a sociedade (inscrição no cadastro de inadimplentes perante a ANEEL). Sendo assim, entendemos que não há risco de crédito pela natureza dos contrato.

#### ***b. Risco de liquidez***

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Sociedade, sendo sua projeção monitorada continuamente, com a intenção de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Sociedade é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Os vencimentos das debêntures, considerando os juros contratuais, estão demonstrados a seguir:

2021	34.745
2022	22.924
2023	22.925
2024	22.925
	<hr/> 103.519

**c. *Risco de taxa de juros***

A Sociedade não está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita à variação do IPCA, entretanto as receitas fixas dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulatório - CCEAR estão indexados pelo IPCA.

**d. *Valorização dos instrumentos financeiros***

A Sociedade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores, empréstimo e debêntures.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a seis meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade, em 31 de dezembro de 2020 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

*Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos financeiros circulantes e fornecedores*

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

*Debêntures*

Os valores de mercado das debêntures se aproximam dos valores contabilizados.

*Empréstimos*

Os empréstimos são reconhecidos ao custo amortizado, ou seja, a atualização do valor principal é pela taxa efetiva da operação diariamente.

*Instrumentos financeiros derivativos*

Os instrumentos financeiros derivativos, são mensurados pelo valor justo através do resultado.

## **5.2 *Gestão de capital***

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras sociedades do setor, a Sociedade monitora o capital com base no seu nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos

assinados. O nível de endividamento da Sociedade é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser assim sumariados:

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Montante total de dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante)	378.930	247.760
Total do patrimônio líquido	115.488	89.435
Índice de alavancagem financeira	3,28	2,77

### 5.3 Instrumentos financeiros por categoria

<b>31/12/2020</b>		
	<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor Justo</b>
<b>Ativos Financeiros</b>		
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		
Caixa e equivalente de caixa	83.692	83.692
Clientes	111.763	111.763
	195.455	195.455
<b>Passivos Financeiros</b>		
<b>Mensurados pelo custo amortizado</b>		
Fornecedores	115.860	115.860
Debêntures	103.519	103.519
Empréstimos	40.000	40.000
	259.379	259.379
<b>31/12/2019</b>		
	<b>Valor Contábil</b>	<b>Valor Justo</b>
<b>Ativos, conforme balanço patrimonial</b>		
Caixa e equivalente de caixa	4.216	4.216
Clientes	32.367	32.367
	36.583	36.583
<b>Passivos, conforme balanço patrimonial</b>		
Fornecedores	15.841	15.841
Debêntures	132.178	132.178
	148.019	148.019

#### 5.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

##### *Hierarquia do valor justo*

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

#### 5.5 Análise de Sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Sociedade, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2020 e 2019.

<b>2020</b>					
Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI	Aplicações financeiras	16.817	0,75% 126	2,75% 462	4,75% 799
IPCA	Debêntures	103.519	2.609	4.679	6.749
IPCA	Empréstimo	40.000	2,52% 1.008	4,52% 1.808	6,52% 2.608
<b>2019</b>					
Premissas	Efeitos das contas sobre o resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI	Aplicações financeiras	31	<b>3,94%</b> 1	<b>5,94%</b> 2	<b>7,94%</b> 2
IPCA	Debêntures	132.178	<b>2,31%</b> 3.053	<b>4,31%</b> 5.697	<b>6,31%</b> 8.340

## 6 Caixa e equivalente de Caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e banco	66.875	4.185
Aplicações financeiras *	<u>16.817</u>	<u>31</u>
	<u><u>83.692</u></u>	<u><u>4.216</u></u>

(\*) As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Em 31 de dezembro de 2020, as aplicações financeiras possuem liquidez imediata, e não possuem vencimentos e risco de variação significativa do valor caso de resgate antecipado.

## 7 Contas a receber de clientes

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidade	13.795	10.543
Fornecimento de energia gerada (a)	92.089	13.197
Receita de venda no mercado de curto prazo	<u>5.879</u>	<u>8.627</u>
	<u>111.763</u>	<u>32.367</u>

(a) Em dezembro de 2020, para atendimento aos depachos pelo ONS (Operador Nacional do Setor Elétrico), a Sociedade realizou operações de geração e venda de energia, o que acrescentou significativamente o saldo do contas a receber.

A Sociedade analisou o seu contas a receber e não identificou perda de crédito esperada (PCE). O prazo de 45 dias é atendido por toda a carteira do contas a receber.

## 8 Tributos a recuperar

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	32	14
PIS e COFINS sobre compra de matéria-prima e O&M	-	28
PIS a recuperar (insumo)	1.251	256
COFINS a recuperar (insumo)	5.760	1.179
Contribuição Social e Imposto de Renda a compensar	<u>73</u>	<u>41</u>
<b>Circulante</b>	<u><b>7.116</b></u>	<u><b>1.518</b></u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	<u>1.535</u>	<u>973</u>
<b>Não Circulante</b>	<u><b>1.535</b></u>	<u><b>973</b></u>

## 9 Estoque

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o estoques da Sociedade é composto em sua maioria de óleo adquirido da BR Distribuidora. Como segue a composição do saldo:

	31/12/2020	31/12/2019
Óleo OCB1	11.822	9.927
Óleo diesel	111	61
Lubrificantes	366	250
Almoxarifado (sobressalentes)	6.747	6.723
	<u>19.046</u>	<u>16.961</u>

## 10 Despesas antecipadas

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Seguro (*)	730	530
Adiantamento a empregados	185	197
Adiantamento a fornecedores	188	99
	<u>1.103</u>	<u>826</u>
Não Circulante		
Custo com comissão de debêntures	236	314
	<u>236</u>	<u>314</u>

(\*) Referem-se à contratação de seguro no valor de R\$ 670 (em 2019 R\$ 456) para cobertura de riscos operacionais da planta, veículos e seguro de responsabilidade civil para os executivos da mesma e, no valor de R\$ 60 (em 2019 R\$ 74) custos sobre a emissão das debêntures.

## 11 Imobilizado

O imobilizado de máquinas e equipamentos e edificações são depreciados considerando a vida-útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 33 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente. Os móveis e utensílios e veículos são depreciados a 10% e 20%, respectivamente.

	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Em curso</u>	<u>Total</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2019	<u>4.300</u>	<u>22.974</u>	<u>254.506</u>	<u>491</u>	<u>187</u>	<u>2.687</u>	<u>285.145</u>
Aquisição	-	5	319	-	-	1.211	1.535
Transferência	-	61	2.019	-	-	(2.080)	-
Baixa de bens	-	-	(172)	-	(42)	(5)	(219)
Depreciação	-	(882)	(10.540)	(210)	(55)	-	(11.687)
Baixa de depreciação	-	-	-	-	29	-	29
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>4.300</u>	<u>22.159</u>	<u>246.132</u>	<u>281</u>	<u>119</u>	<u>1.813</u>	<u>274.804</u>
Aquisição	-	1	348	10	70	213	642
Transferência	-	183	1.195	20	-	(1.398)	-
Baixa de bens	-	-	(254)	(92)	-	-	(346)
Depreciação	-	(1.071)	(10.807)	(57)	(50)	-	(11.985)
Baixa de depreciação	-	-	249	91	-	-	340
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>4.300</u>	<u>21.272</u>	<u>236.863</u>	<u>253</u>	<u>139</u>	<u>628</u>	<u>263.455</u>
Total do valor Original	<u>4.300</u>	<u>29.644</u>	<u>345.367</u>	<u>583</u>	<u>406</u>	<u>628</u>	<u>380.928</u>
Total da Depreciação acumulada	<u>-</u>	<u>(8.372)</u>	<u>(108.504)</u>	<u>(330)</u>	<u>(267)</u>	<u>-</u>	<u>(117.473)</u>

## 12 Intangível

O intangível é composto de software e licenças e a taxa utilizada para a amortização é de 20%.

	<u>Software/licença</u>	<u>Em curso</u>	<u>Total</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2019	49	-	49
Adição de Licença de uso	67	2	69
Amortização	(18)	-	(18)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>98</u>	<u>2</u>	<u>100</u>
Transferência	2	(2)	-
Amortização	(22)	-	(22)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>78</u>	<u>-</u>	<u>78</u>
Total do valor original	142	-	142
Total da amortização acumulada	(64)	-	(64)
Saldo residual	<u>78</u>	<u>-</u>	<u>78</u>

## 13 Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Comercializadora de energia	1.895	1.804
Combustíveis (a)	110.103	12.256
Outros	3.862	1.781
	115.860	15.841

(a) Insumo adquirido da Petrobrás Distribuidora S/A para atendimento dos despachos programados pelo ONS (Operador Nacional do Setor Elétrico) na geração de energia realizadas nos meses de novembro e dezembro de 2020.

## 14 Debêntures

Em 20 de dezembro de 2012, a Sociedade fez a emissão privada de debêntures não conversíveis em ações no montante de R\$ 245.000, atualizadas pelo IPCA mais remuneração de 7,25% ao ano.

2020					
	Vencimento	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal	Saldo atualizado
1ª série	15.03.2024	557	100	55.700	23.535
2ª série	15.06.2024	557	100	55.700	23.534
3ª série	15.09.2024	557	100	55.700	23.535
4ª série	15.12.2024	779	100	77.900	32.915
		2.450		245.000	103.519
	<b>Taxa anual de juros a.a.</b>	<b>Valor original</b>	<b>Juros</b>		<b>Total</b>
Debêntures emitidas	7,25 + IPCA	103.203	316		103.519
Circulante					34.745
Não circulante					68.774
2019					
	Vencimento	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal	Saldo atualizado
1ª série	15.03.2023	557	100	55.700	30.051
2ª série	15.06.2023	557	100	55.700	30.050
3ª série	15.09.2023	557	100	55.700	30.050
4ª série	15.12.2023	779	100	77.900	42.027
		2.450	-	245.000	132.178



	<b>Taxa anual de juros a.a.</b>	<b>Valor original</b>	<b>Juros</b>	<b>Total</b>
Debêntures emitidas	7,25 + IPCA	131.812	367	132.178
Circulante	-	-	-	33.379
Não circulante	-	-	-	98.799

Composição da dívida de longo prazo por vencimento:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
2021	-	32.933
2022	22.925	32.933
2023	22.925	32.933
2024	22.924	-
	<u>68.774</u>	<u>98.799</u>

A movimentação das debêntures para adição e liquidação, estão apresentadas conforme abaixo:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Saldo inicial	132.178	158.489
<b>Adição</b>	-	-
Atualização – IPCA	4.897	6.202
Despesas de Juros	8.361	10.457
	<u>8.361</u>	<u>10.457</u>
<b>Baixa</b>		
Amortização do principal	(33.506)	(32.484)
Atualização de juros	(8.411)	(10.486)
	<u>(41.917)</u>	<u>(42.970)</u>
	<u>103.519</u>	<u>132.178</u>

**a. Garantias**

As debêntures possuem as seguintes garantias reais: (a) alienação fiduciária de bens móveis de propriedade da Sociedade por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Móvel em Garantia e Outras avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, (b) alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da Sociedade, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário e (c) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes da exploração da autorização emitida por intermédio do Ministério de Minas e Energia por meio da Portaria no 13 de 16 de janeiro de 2008, que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, incluindo, sem limitar: (a) todos os direitos creditórios e quaisquer recursos, atuais ou futuros, decorrentes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR celebrados pela Sociedade e (b) todos os direitos, presentes e futuros, devidos pela Emissora em relação à conta vinculada na qual serão depositados os direitos creditórios acima referidos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Direitos Emergentes da Autorização em Garantia e Outras Avenças a ser celebrado, entre a Sociedade e o Agente Fiduciário (Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários).

**Cláusulas restritivas as debêntures**

O índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, que fora atendido em 31 de dezembro de 2020.

## 15 Empréstimos

Em 30 de dezembro de 2020, a Sociedade emitiu a cédula de crédito bancário no valor de R\$ 40.000, atualizados pelo CDI mais remuneração de 2,81% a.a. Por outro lado foi efetuado um SWAP atualizado pelo IPCA mais remuneração de 4,30% a.a.

	Moeda Nacional	Taxa anual de juros a.a	2020	2019
	40.000	CDI + 2,81% a.a	40.000	-
Passivo Circulante			6.000	-
Não Circulante			34.000	-

Composição do empréstimo a longo prazo:

2022	6.000
2023	8.000
2024	20.000
	<u>34.000</u>

## 16 Imposto de renda e contribuição social

### a. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	31/12/2020	31/12/2019
Diferido passivo		
Ajuste decorrente de diferença de taxa de depreciação (fiscal x prazo de autorização)	<u>78.234</u>	<u>81.826</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	<u>78.234</u>	<u>81.826</u>

### b. Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social corrente

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	62.939	54.189
Juros sobre o Capital Próprio	<u>(4.150)</u>	<u>(4.650)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (ajustado)	58.789	49.539
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	19.988	16.843
Bônus e gratificações	43	22
Doações e patrocínios	23	26
Outras adições e exclusões	<u>265</u>	<u>96</u>
	<u>20.319</u>	<u>16.987</u>
Imposto de renda e Contribuição social – corrente	24.474	8.807

Imposto de renda e Contribuição social – diferido	(4.155)	8.180
	20.319	16.987
Taxa efetiva	34%	34%

## 17 Obrigações regulatórias

	31/12/2020	31/12/2019
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	8.667	6.784
Taxa de fiscalização	37	37
	8.704	6.821

## 18 Patrimônio Líquido

O capital social da Sociedade em 2020 e 2019 é de R\$ 75.000 integralizado em sua totalidade. Em 08 de maio de 2020 o investidor Fundo de Investimento em Participações Brasil e Energia (FIP) transferiu todas as suas ações 99,99% ao Vulcan Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia transferindo total de sua participação.

### a. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendo obrigatório.
- Após qualquer retenção prevista no orçamento anual, o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembléia Geral.

Qualquer valor distribuído aos acionistas que seja superior aos 25% dos dividendos obrigatórios deverão ser autorizados.

### b. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

### c. Dividendos Adicionais Propostos

A Sociedade destinou o valor de R\$ 26.217 em 31 de dezembro de 2020 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 2.295) para a conta de dividendos adicionais propostos.

### d. Dividendos intercalares e JCP

Em 2020, a Sociedade constituiu como dividendos intercalares e Juros sobre capital próprio o valor de R\$ 14.272, sendo este valor resultante de um pagamento de R\$ 3.150 de JCP durante o exercício, e R\$ 11.122 (dividendos e JCP) ainda a ser liquidado, reconhecido no Passivo circulante, aprovadas em Atas de Reunião do Conselho da administração .

### e. Dividendos e Juros sobre o capital Próprio Pagos

Durante o exercício de 2019 a Sociedade realizou o pagamento de R\$ 34.600 referente a Dividendos e JCP. Em 2020 os dividendos e juros sobre capital próprio pagos foram de R\$ 7.095, sendo R\$ 1.650 referente ao ano de 2019. Conforme abaixo:

**2020**

<b>Reunião do Conselho de Administração</b>	<b>Descrição</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Valor</b>
93° RCA de 30 de outubro de 2019	Juros sobre o capital próprio	30/01/2020	1.000
96° RCA de 31 de março de 2020	Juros sobre o capital próprio	14/09/2020	1.050
97° RCA de 30 de junho de 2020	Juros sobre o capital próprio	09/12/2020	1.050
98° RCA de 30 de setembro de 2020	Juros sobre o capital próprio	09/12/2020	1.050
RCA de 30 de novembro de 2019	Juros sobre o capital próprio	10/02/2020	650
95° RCA de 30 de março de 2020	Dividendos do exercício de 2019	11/09/2020	2.295
			7.095

**2019**

<b>Reunião do Conselho de Administração</b>	<b>Descrição</b>	<b>Pagamento</b>	<b>Valor</b>
81° RCA de 31 de dezembro de 2018	Juros sobre o capital próprio	30/01/2019	1.000
84° RCA de 29 de março de 2019	Juros sobre o capital próprio	30/04/2019	1.000
86° RCA de 28 de junho de 2019	Juros sobre o capital próprio	30/07/2019	1.000
89° RCA de 29 de setembro de 2019	Juros sobre o capital próprio	23/10/2019	1.000
83° RCA de 08 de dezembro de 2019	Dividendos do exercício de 2018	30/04/2019	2.203
83° RCA de 08 de março de 2019	Dividendos intercalares	30/04/2019	6.900
87ª RCA de 16 de julho de 2019	Dividendos intercalares	30/07/2019	8.672
89ª RCA de 30 de setembro de 2019	Dividendos intercalares	23/10/2019	8.825
91ª RCA de 06 de dezembro de 2019	Dividendos intercalares	06/12/2019	4.000
			34.600

## 19 Receita líquida

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Disponibilidade	127.341	123.908
Fornecimento de energia gerada	171.806	22.170
Receita de Venda no mercado de Curto parzo	24.786	27.980
Impostos sobre serviços	(29.968)	(16.105)
Encargos do Consumidor	(2.911)	(1.557)
Compra de energia	(14.630)	(23.891)
	276.424	132.505

## 20 Custo sobre os serviços prestados

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Pessoal	(9.713)	(9.584)
Materiais (a)	(154.971)	(20.736)
Serviços de terceiros	(14.597)	(9.503)
Depreciação	(11.826)	(11.410)
Compra de energia	(960)	(3.044)
Outras despesas	(1.830)	(1.348)
	(193.897)	(55.625)

- (a) O aumento de custo com material refere-se principalmente ao consumo do óleo combustível OCB1 (HFO) na operação. O insumo é utilizado para fazer a combustão dos motores na geração de energia. Esse efeito foi provocado pelos despachos comandado pelo Operador Nacional do Setor Elétrico para a geração de energia no ano de 2020.

## 21 Despesas Gerais e administrativas

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Pessoal	(3.103)	(3.478)
Materiais	(138)	(116)
Serviços de terceiros	(2.166)	(2.511)
Depreciação	(17)	(211)
Outras despesas	(905)	(174)
	<u>(6.329)</u>	<u>(6.490)</u>

## 22 Resultado financeiro

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros de debêntures	(8.361)	(10.457)
Atualização Monetária de debêntures	(4.897)	(6.202)
Comissão de fiança	(182)	(204)
Outras	(218)	(151)
	<u>(13.658)</u>	<u>(17.014)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento de aplicação	346	571
Outras	28	150
	<u>374</u>	<u>721</u>
	<u>(13.284)</u>	<u>(16.293)</u>

## 23 Honorários dos administradores

O total pago, no exercício de 2020 referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Sociedade somaram R\$ 1.045. No exercício de 2019 o total foi de R\$ 1.010

## 24 Contingências

A Sociedade é parte envolvida em ações no âmbito administrativo, principalmente na esfera ambiental e no judiciário, na esfera trabalhista.

A Administração, de acordo com o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Sociedade em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

<b>I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável</b>	<b>II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível</b>	<b>III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto</b>
---	--	---

São constituídas provisões.

As informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas.

Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno

entendimento das Demonstrações  
Contábeis.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Sociedade possuía ações trabalhistas e ambientais conforme a seguir:

As ações trabalhistas movidas por ex- empregados da sociedade, com pedido de reintegração nos quadros, reconhecimento de unicidade contratual, danos morais e pagamentos dos salários e demais consectários desde a dispensa até a reintegração requerida; reconhecimento de vínculo empregatício e retificação da data de admissão em CTPS com os pagamentos de renumerações de salários e seus reflexos, adicional de sobreaviso e de gratificação, danos morais, multa do Art. 467 da CLT e, também ação por ex-empregados da PGM Service, empresa terceirizada (responsabilidade solidária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outros. Em 31 de dezembro de 2020 a Sociedade registrou provisão no valor de R\$ 790 (em 31 de dezembro de 2019 – R\$ 30) para as causas com probabilidade de perda provável.

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade apresentava causas trabalhistas de mesma natureza, com probabilidade de perda possível no valor de R\$ 604 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 444).

Com relação as causas administrativas ambientais, a Sociedade possui apenas causas com probabilidade de perda possível, no valor de R\$ 90 (em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 90).

## 25 Seguros

<b>Risco</b>	<b>Vigência</b>	<b>Importância segurada</b>
Responsabilidade Civil	30/06/2020 a 30/06/2021	6.800
Riscos Ambientais	06/09/2020 a 06/09/2021	58.300
Riscos Operacionais	30/06/2020 a 30/06/2021	1.188.200
Veículos	12/01/2021 a 12/01/2022	3.285

\* \* \*

Marcelo Pedreira de Oliveira  
Diretor Presidente

Francisco Vicente Santana Silva Telles  
Contador  
CRC/RJ 092.850/o-0